

MPSP e PF investigam corrupção e lavagem de dinheiro na Polícia Civil

Operação Bazaar cumpre mandados contra policiais civis, doleiros e advogados

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Uma operação conjunta do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e da Polícia Federal (PF) investiga um esquema de corrupção policial que teria garantido proteção a uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro. Batizada de Operação Bazaar, a ofensiva foi deflagrada na quinta-feira (5) e cumpre mandados contra policiais civis, doleiros, advogados e operadores financeiros suspeitos de integrar o grupo.

A ação é conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com apoio da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco). Ao todo, a Justiça autorizou 25 mandados de busca e apreensão, 11 mandados de prisão preventiva e seis intimações relacionadas a medidas cautelares. As ordens judiciais são cumpridas na capital paulista e em cidades do interior, inclusive dentro de delegacias.

De acordo com as investigações do Gaeco, o esquema envolvia uma organização criminosa responsável por estruturar mecanismos para lavar grandes quantias de dinheiro. Em contrapartida, integrantes da Polícia Civil recebiam pagamentos frequentes para garantir proteção ao grupo e evitar que as atividades ilegais fossem descobertas ou interrompidas.



A Justiça autorizou 25 mandados de busca e apreensão e 11 mandados de prisão preventiva

Segundo o Ministério Público, os investigados adotavam diversas estratégias para manter o funcionamento da organização criminosa. Entre elas estavam manipulação de investigações, fraude processual e destruição de provas em inquéritos policiais, além de pagamentos sistemáticos de vantagens indevidas a agentes públicos. A atuação coordenada permitiria que o grupo continuasse operando sem responsabilização criminal.

Entre os alvos da operação estão doleiros investigados ante-

riormente em grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro no país, apontados como operadores financeiros da organização. Suspeitos já foram presos, incluindo policiais civis, advogados e integrantes do grupo criminoso.

As investigações também apontam mecanismos sofisticados para ocultação de recursos ilícitos. Um dos métodos identificados foi a conversão de dinheiro em espécie em créditos de cartões de vale-refeição, que posteriormente eram utilizados em

estabelecimentos comerciais de fachada. Em seguida, os valores eram transferidos para empresas fictícias, dando aparência de legalidade aos recursos e permitindo sua reinserção no sistema financeiro.

Outro episódio identificado durante a apuração envolve a troca de um HD apreendido em uma delegacia por outro dispositivo vazio, com o objetivo de eliminar provas que poderiam incriminar integrantes da organização criminosa. A substituição teria ocorrido com a ajuda de um

investigador da Polícia Civil.

Segundo os promotores responsáveis pelo caso, o conjunto de evidências aponta para um esquema estruturado de corrupção dentro da própria corporação, que teria atuado em diferentes unidades da Polícia Civil, incluindo departamentos especializados em investigação criminal.

O nome da operação, Bazaar, faz referência à ideia de um grande mercado de transações, simbolizando o complexo sistema de movimentação financeira usado pela organização para ocultar e lavar dinheiro de origem ilícita.

As investigações continuam para identificar outros possíveis envolvidos e dimensionar a extensão do esquema. O Ministério Público afirma que a operação busca desarticular a rede criminosa e responsabilizar tanto os operadores financeiros quanto os agentes públicos suspeitos de participação no esquema.

A atuação integrada entre Ministério Público e forças policiais tem sido uma das principais estratégias no enfrentamento ao crime organizado e à lavagem de dinheiro no estado. De acordo com os investigadores, a cooperação entre os órgãos permite ampliar o rastreamento de movimentações financeiras suspeitas.

O Correio tenta contato com a Polícia Civil de São Paulo, mas até o fechamento desta edição, não obtivemos retorno.

Corregedoria Eleitoral inicia inspeções em zonas eleitorais

Divulgação TRE-SP

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo iniciou neste mês o ciclo anual de inspeções em zonas eleitorais do estado. As visitas são conduzidas pelo novo corregedor e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Roberto Filho, e buscam padronizar e aprimorar o atendimento ao eleitorado e os serviços dos cartórios.

Em razão do ano eleitoral, o calendário foi adaptado para que o Tribunal e as zonas eleitorais concentrem esforços na organização do pleito. Por isso, o ciclo seguirá até julho. A previsão é visitar 21 zonas eleitorais, conforme a Portaria da CRE-SP.

As primeiras inspeções ocorreram em fevereiro. No dia 3, a equipe esteve na 406ª Zona Eleitoral, em Praia Grande, e no dia seguinte na 119ª Zona Eleitoral,



Ciclo seguirá até julho e a previsão é visitar 21 zonas eleitorais

em Cubatão.

Na última semana do mês, as inspeções passaram pelas zonas eleitorais de Araçatuba e Auri-flama. O ciclo de fevereiro foi concluído na zona eleitoral de Valparaíso.

As inspeções são feitas por

equipe do Tribunal, que avalia tramitação processual, organização de documentos, controle de materiais e infraestrutura dos cartórios. Após as visitas, é elaborado relatório com recomendações para aprimorar os serviços da Justiça Eleitoral.

Agro paulista cresce 16,7% na China em 2025

Principal destino comercial do agronegócio paulista, a China respondeu por 24% das exportações do setor em 2025. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, as vendas ao país asiático somaram mais de US\$ 6,8 bilhões no ano, alta de 16,7% em relação a 2024.

Na balança comercial, a China ficou à frente de mercados como União Europeia (US\$ 4,1 bilhões), Estados Unidos (US\$ 3,5 bilhões) e Índia (US\$ 904,4 milhões). Para o secretário de Agricultura, Geraldo Melo Filho, o resultado confirma a relevância do parceiro asiático para o agro paulista, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de ampliar acordos comerciais e abrir novos mercados.

Entre os principais produtos exportados estão carnes, com US\$ 2 bilhões e crescimento de 24,6%, seguidas pelo complexo soja, com US\$ 1,6 bilhão, e pelo setor sucroalcooleiro, com US\$ 1,2 bilhão. Segundo o diretor da APTA, Carlos Nabil, a China lidera o destino das exportações desses segmentos e é considerada estratégica para o setor.

O mercado chinês também vem ampliando o consumo de café brasileiro. Em 2025, foram exportadas 5,6 mil toneladas do produto, colocando o país entre os dez maiores compradores. A expansão de redes de cafeterias e o aumento do consumo entre jovens têm impulsionado a demanda pela bebida no país asiático, abrindo novas oportunidades comerciais e ampliando o potencial de crescimento do produto brasileiro.